

SUMÁRIO

NOTA À 7.ª EDIÇÃO	5
-------------------------	---

OBRAS DOS AUTORES NA RT	7
-------------------------------	---

PARTE I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Título I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Capítulo I – O duplo grau de jurisdição

1. Justiça <i>versus</i> certeza.....	21
2. Os fundamentos jurídicos do duplo grau.....	21
3. O fundamento político do duplo grau.....	22
4. O duplo grau como garantia da Constituição brasileira	22
5. Limites à garantia do duplo grau.....	24
6. “Jurisdição inferior” e “jurisdição superior”	26
Bibliografia	27

Capítulo II – Conceito e natureza jurídica dos recursos. Classificações

7. Recursos e ações autônomas de impugnação	28
8. Características dos recursos. Conceitos.....	29
9. A voluntariedade dos recursos e o ônus de recorrer	30
10. Natureza jurídica dos recursos.....	30
11. Classificações	31
Bibliografia	33

Capítulo III – Princípios gerais dos recursos

12. A taxatividade dos recursos	34
13. A unirrecorribilidade das decisões.....	34
14. Variabilidade dos recursos e preclusão consumativa.....	35
15. Complementaridade dos recursos	36
16. Fungibilidade dos recursos.....	36
17. Dialeiticidade dos recursos	38
18. A disponibilidade dos recursos	39
19. Irrecorribilidade das interlocutórias	40
20. A personalidade dos recursos.....	41
21. Personalidade dos recursos e proibição da <i>reformatio in pejus</i>	41
22. Nulidade da sentença e proibição da denominada <i>reformatio in pejus</i> indireta ..	43
Bibliografia	44



Capítulo IV – Efeitos dos recursos

23. A natureza da decisão sujeita a recurso	45
24. Efeito devolutivo e efeito suspensivo	46
25. Delimitação do efeito devolutivo	47
26. O momento do trânsito em julgado da decisão recorrida	50
27. Pretensos efeitos dos recursos: a extensão subjetiva dos efeitos dos recursos e o denominado <i>efeito iterativo</i>	51
Bibliografia	52

Capítulo V – Decisões sujeitas a recursos. O direito intertemporal

28. A classificação das decisões penais	53
29. Decisões sujeitas a recursos	55
30. Decisões inexistentes e recursos	55
31. Os recursos e o direito intertemporal	56
Bibliografia	57

Título II – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO

Capítulo I – Conceito, objeto, competência e efeitos

32. Conceito	59
33. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito: objeto	60
34. Juízo de admissibilidade: competência	60
35. Juízo de admissibilidade: natureza e efeitos	61
36. Juízo de mérito: competência e efeitos	62
Bibliografia	62

Capítulo II – Os requisitos de admissibilidade dos recursos

37. A classificação tradicional	63
38. Condições da ação e condições dos recursos	64
39. Pressupostos processuais e pressupostos recursais	64
40. Uma nova sistematização: condições dos recursos e pressupostos recursais	65
Bibliografia	65

Capítulo III – Condições de admissibilidade dos recursos

41. Condições de admissibilidade da ação e dos recursos	66
42. Possibilidade jurídica (cabimento)	66
43. A legitimação para recorrer	67
44. Legitimação das partes	67
45. Legitimação do ofendido ou sucessores	70
46. Outros legitimados	70
47. Interesse em recorrer	71
48. Interesse em recorrer: a necessidade	72
49. Interesse em recorrer: a utilidade	72
50. O interesse-utilidade: a vantagem prática	73

51. O interesse-utilidade com relação ao MP	74
52. O interesse-utilidade com relação ao ofendido	76
Bibliografia	76

Capítulo IV – Os pressupostos recursais

53. Pressupostos processuais e pressupostos dos recursos.....	77
54. Investidura do juiz ou tribunal	78
55. Capacidade processual nos recursos. Capacidade de ser parte	78
56. Segue: a capacidade de estar em juízo	79
57. Segue: a capacidade postulatória.....	80
58. A regularidade formal da interposição dos recursos.....	81
59. A tempestividade como requisito inerente à regularidade formal	83
60. Segue: os princípios atinentes à tempestividade e aos prazos	84
61. Segue: os prazos e sua continuidade	84
62. Segue: termo inicial do prazo	85
63. Segue: termo inicial da contagem do prazo	86
64. Segue: o benefício do prazo em dobro	87
65. Segue: prazos peremptórios, ônus do recorrente e preclusão temporal	88
66. Segue: a inadmissibilidade como consequência da intempestividade	90
67. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos	90
68. Ausência de fatos impeditivos: a preclusão	90
69. Segue: preclusão lógica e renúncia.....	91
70. Ausência de fatos extintivos: a desistência	91
71. Segue: a deserção	91
72. A inadmissibilidade como consequência dos fatos impeditivos e extintivos	92
Bibliografia	92

PARTE II – DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

Título III – APELAÇÃO

Capítulo I – Introdução

73. Breves considerações históricas	93
74. Aspectos gerais	94
75. Espécies	95

Capítulo II – Requisitos de admissibilidade

Seção I – Condições recursais. Possibilidade jurídica

76. Decisões do juiz singular	97
77. Decisões do Tribunal do Júri: aspectos gerais.....	100
78. Segue: nulidade posterior à pronúncia	101
79. Segue: sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	102
80. Segue: erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.	103
81. Segue: decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	104

Seção II – Condições recursais. Legitimidade e interesse

82. Ministério Público	106
83. Acusado. Curador	107
84. Defensor	110
85. Ofendido e terceiros.....	110

Seção III – Pressupostos recursais

86. Regularidade formal da interposição e tempestividade	113
87. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	115
88. A vedação ao condicionamento à prisão para a apelação.....	116

Capítulo III – Procedimento

89. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	118
90. O procedimento no tribunal	120

Capítulo IV – Efeitos devolutivo e suspensivo

91. Efeito devolutivo	123
92. Efeito suspensivo.....	125
Bibliografia	127

Título IV – RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**Capítulo I – Introdução**

93. Aspectos gerais	129
94. As espécies de recurso em sentido estrito.....	130

Capítulo II – Requisitos de admissibilidade*Seção I – Condições recursais. Possibilidade jurídica*

95. Considerações gerais	132
96. Recurso de decisões definitivas <i>lato sensu</i> : declaração de extinção de punibilidade (art. 581, VIII)	134
97. Segue: concessão ou negação da ordem de <i>habeas corpus</i> (art. 581, X)	134
98. Recurso de decisões terminativas: não recebimento de denúncia ou queixa (art. 581, I)	135
99. Segue: acolhimento das exceções de coisa julgada, ilegitimidade de parte e litispendência (art. 581, III)	136
100. Segue: decisão que denega a apelação ou a julga deserta (art. 581, XV).....	137
101. Recurso de decisões que resolvem procedimentos incidentais: incidente de falsidade (art. 581, XVIII)	137
102. Segue: declaração de incompetência (art. 581, II e III)	137
103. Segue: decisões cautelares sobre prisão e liberdade (art. 581, V, VII, XV).....	138
104. Recurso de decisões interlocutórias simples: pronúncia do réu (art. 581, IV) ..	140
105. Segue: indeferimento do pedido de reconhecimento de prescrição ou de outra causa de extinção de punibilidade (art. 581, IX)	140
106. Segue: anulação do processo de instrução criminal, no todo ou em parte (art. 581, XI)	140

107. Segue: suspensão do processo em virtude de questão prejudicial (art. 581, XVI).....	141
108. Decisões sobre a pena e a medida de segurança (art. 581, XI, XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV).....	142
109. Inclusão ou exclusão de jurado na lista geral (art. 581, XIV)	142

Seção II – Condições recursais: legitimidade e interesse

110. Legitimidade.....	143
111. Interesse	144

Seção III – Pressupostos recursais e competência

112. Regularidade formal da interposição e tempestividade	145
113. Segue: não exigência de recolhimento à prisão	145
114. Competência	146

Capítulo III – Procedimento

115. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	148
116. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	149

Capítulo IV – Efeitos do recurso

117. O efeito devolutivo	151
118. O efeito suspensivo.....	151
Bibliografia	152

Título V – AGRAVOS

119. Introdução	153
120. O agravo de decisões de membros de tribunais	154
121. O agravo em execução penal: aspectos gerais.....	155
122. Segue: possibilidade jurídica.....	156
123. Segue: legitimidade e interesse.....	157
124. Pressupostos processuais. A capacidade postulatória	158
125. Procedimento: juízo <i>a quo</i> e juízo <i>ad quem</i>	159
126. Efeitos do recurso	159
Bibliografia	160

Título VI – CARTA TESTEMUNHÁVEL

127. Noções gerais.....	161
128. As condições recursais	161
129. Pressupostos recursais. O prazo recursal	162
130. Procedimento	163
131. Efeitos.....	163
Bibliografia	164

Título VII – EMBARGOS INFRINGENTES

132. Noções gerais.....	165
133. Decisões embargáveis: a) acórdãos proferidos por tribunais de segundo grau no julgamento de apelação ou recurso em sentido estrito	166

134. Segue: b) a falta de unanimidade; o desacordo parcial.....	167
135. Legitimação e interesse	168
136. Pressupostos recursais: tempestividade; requisitos da petição de interposição; capacidade postulatória	168
137. Competência	169
138. Procedimento	170
139. Efeitos.....	170
Bibliografia	170

Título VIII – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

140. Conceito e natureza jurídica	171
141. Decisões embargáveis	172
142. Cabimento dos embargos (possibilidade jurídica)	173
143. Ambigüidade e obscuridade.....	173
144. Contradição.....	174
145. Omissão.....	175
146. A dúvida	176
147. Legitimação e interesse	176
148. Procedimento	177
149. Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos	178
150. O julgamento dos embargos.....	180
151. Embargos de declaração da decisão proferida nos embargos.....	181
Bibliografia	182

Título IX – PROTESTO POR NOVO JÚRI

152. A supressão do protesto por novo júri pela Lei 11.689/2008.....	183
153. Histórico e natureza do recurso	184
154. Decisões que comportam o protesto (possibilidade jurídica)	184
155. Segue: a questão da vigência do § 1.º do art. 607, CPP	185
156. Legitimação e interesse para protestar por novo júri.....	187
157. Pressupostos recursais: tempestividade, capacidade postulatória, regularidade da interposição	187
158. Procedimento	187
159. Efeitos do protesto	188
160. Segue: impossibilidade de aplicação de pena mais grave no segundo julgamento	189
Bibliografia	190

Título X – CORREIÇÃO PARCIAL

161. Antecedentes históricos.....	191
162. A correção parcial no Brasil.....	192
163. Natureza jurídica	193
164. Controvérsia sobre constitucionalidade	193
165. Condições recursais: possibilidade jurídica, legitimidade e interesse	194
166. Pressupostos recursais: tempestividade	197
167. Procedimento	198

168. Efeitos devolutivo e suspensivo	199
Bibliografia	199

Título XI – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL

Capítulo I – Introdução

169. Finalidade política das impugnações extraordinárias	201
170. A questão de direito federal: vedação do exame de provas	202
171. Segue: impossibilidade de discussão de direito local.....	204
172. O prequestionamento	204
173. A <i>repercussão geral</i> das questões constitucionais (art. 102, § 3.º, CF)	205
174. Os recursos repetitivos no STF e no STJ.....	207

Capítulo II – Requisitos de admissibilidade

Seção I – Condições recursais

175. Decisões sujeitas a recurso	210
176. Hipóteses constitucionais de cabimento do recurso extraordinário: a) contrariedade à Constituição	211
177. Segue: b) declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	212
178. Segue: c) julgamento sobre a validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.....	213
179. Segue: d) julgamento sobre a validade de lei local contestada em face de lei federal.....	214
180. Hipóteses constitucionais de cabimento do recurso especial: a) contrariedade ou negativa de vigência de tratado ou lei federal	215
181. Segue: b) julgamento sobre validade de ato de governo local contestado em face de lei federal.....	217
182. Segue: c) divergência jurisprudencial	217
183. Legitimidade para recorrer.....	219
184. Interesse em recorrer: necessidade do recurso (Súmulas 281 do STF e 207 do STJ).....	219
185. Segue: utilidade do recurso (Súmulas 283 do STF e 126 do STJ).....	221

Seção II – Pressupostos recursais

186. Tempestividade.....	222
187. Regularidade formal da interposição: a) requisitos gerais da petição	223
188. Segue: comprovação e demonstração do dissídio jurisprudencial.....	225

Capítulo III – Procedimento dos recursos

189. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	227
190. Procedimento nos tribunais <i>ad quem</i>	228
191. Segue: embargos de divergência no STF e STJ	230
192. O agravo contra a decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial. A Lei 12.322/2010, de 9 de setembro de 2010	230



Capítulo IV – Efeitos dos recursos

193. Efeito devolutivo	234
194. Efeito suspensivo	235
Bibliografia	237

PARTE III – DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO**Título XII – REVISÃO CRIMINAL****Capítulo I – Introdução**

195. Coisa julgada e rescisão da sentença	239
196. Notícia histórica	239
197. Fundamento político	240
198. Natureza jurídica. Pedidos e causa de pedir. Juízo revidente e juízo revisório. A reiteração da revisão	241

Capítulo II – Ação

199. Condições da ação	244
200. Legitimação	244
201. Interesse de agir: a existência de coisa julgada	245
202. Possibilidade jurídica do pedido e da causa de pedir	246
203. Possibilidade jurídica do pedido: a existência de sentença condenatória ou absolutória imprópria	247
204. Segue: impossibilidade de modificação dos fundamentos da sentença absolu- tória	247
205. Segue: possibilidade de pedido revisional após a extinção da pena. Impossibi- lidade após a extinção da punibilidade anterior à sentença	248
206. Segue: a possibilidade de novo pedido revisional	248
207. Segue: a possibilidade de revisão de veredicto do júri	249
208. Segue: a possibilidade de revisão das decisões dos Juizados Especiais Criminais	250
209. Possibilidade jurídica da causa de pedir: as hipóteses legais de cabimento	250
210. Segue: contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos ..	250
211. Segue: depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos como fundamento da sentença	252
212. Segue: provas novas a favor do réu	253

Capítulo III – Processo

213. Pressupostos processuais: a capacidade postulatória	255
214. Segue: desnecessidade de recolhimento à prisão	256
215. Segue: inexistência de prazo preclusivo	256
216. Competência	257
217. Procedimento	258
218. Ônus da prova	259
219. Efeitos do ajuizamento da revisão	260
220. A sentença do processo revisional	261

221. O agravamento da pena e a <i>reformatio in pejus</i> indireta	262
222. Efeitos da sentença absolutória	263
223. Recursos	263
224. Coisa julgada	264
225. A indenização pelo erro judiciário	264
Bibliografia	266

Título XIII – HABEAS CORPUS

Capítulo I – Introdução

226. Noções gerais e origem histórica do instituto	267
227. O <i>habeas corpus</i> no Brasil	270
228. Natureza jurídica	272
229. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo	273

Capítulo II – Condições da ação

230. Possibilidade jurídica: a vedação do <i>habeas corpus</i> nas transgressões disciplinares militares	275
231. Segue: o cabimento da tutela	276
232. Interesse de agir: necessidade da tutela	277
233. Segue: adequação	278
234. Legitimidade ativa: impetrante e paciente	279
235. Segue: impetração pelo Ministério Público	281
236. Legitimidade passiva: coator e o Estado	282

Capítulo III – Pressupostos processuais

237. Pressupostos processuais na ação de <i>habeas corpus</i> : capacidade postulatória	284
238. Segue: requisitos da petição de <i>habeas corpus</i>	285

Capítulo IV – Competência

239. Critérios gerais	288
240. Competência do STF	289
241. Competência dos Tribunais Superiores (STJ, TSE, STM)	290
242. Competência dos tribunais de segundo grau	291
243. Competência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais	292
244. Competência do juiz de primeiro grau	293

Capítulo V – Procedimento

245. Características gerais	294
246. Petição inicial	294
247. Concessão de liminar	294
248. Apresentação do preso e requisição de informações	296
249. Produção de provas	297
250. Intervenção do Ministério Público, do assistente e do querelante	299

Capítulo VI – Sentença, recursos e coisa julgada

251. Requisitos da sentença em <i>habeas corpus</i>	301
252. O exame do mérito: a profundidade da cognição	302
253. Segue: o exame de provas em <i>habeas corpus</i>	303
254. Recursos contra a sentença em <i>habeas corpus</i> : recurso de ofício e recurso em sentido estrito	304
255. Segue: recursos previstos na Constituição	305
256. Coisa julgada	307
Bibliografia	308

Título XIV – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL PENAL

Capítulo I – Noções gerais sobre o mandado de segurança

257. Origem histórica do instituto	309
258. O mandado de segurança no direito vigente	310

Capítulo II – Mandado de segurança contra ato jurisdicional

259. Antecedentes	312
260. A situação atual. A Lei 12.016, de 2009	313
261. Natureza jurídica do mandado de segurança contra ato jurisdicional	313

Capítulo III – Condições da ação

262. Cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional (possibilidade jurídica)	315
263. Segue: objeto de mandado de segurança contra ato jurisdicional	316
264. Interesse de agir	318
265. A legitimação no mandado de segurança contra ato jurisdicional	320
266. Segue: o litisconsórcio passivo necessário	321

Capítulo IV – Pressupostos processuais e competência

267. Pressupostos processuais em mandado de segurança contra ato jurisdicional	323
268. Regularidade formal do pedido	323
269. Regularidade formal do pedido de liminar	324
270. Da preclusão	324
271. Da competência em mandado de segurança contra ato jurisdicional	325

Capítulo V – Procedimento

272. Da petição inicial e do pedido de suspensão liminar	326
273. Da concessão e revogação da liminar	326
274. Duração da liminar	327
275. Suspensão da liminar	327
276. Extinção da liminar	328
277. Da citação	328
278. Da defesa: informações da autoridade	329

279. Intervenção do Ministério Público.....	331
280. Das provas	332
281. Da sentença.....	333
282. Recursos	334
283. Responsabilidade pelas custas	335
Bibliografia	335

PARTE IV – DA RECLAMAÇÃO AOS TRIBUNAIS

Título XV – DA RECLAMAÇÃO AOS TRIBUNAIS

284. Antecedentes históricos da <i>reclamação</i> no direito brasileiro	337
285. Natureza jurídica da <i>reclamação</i>	338
286. A constitucionalidade da previsão da <i>reclamação</i> nos regimentos internos dos tribunais estaduais	340
287. Hipóteses de cabimento	342
288. A súmula vinculante e a <i>reclamação</i>	343
289. Linhas gerais do procedimento da <i>reclamação</i>	345
290. Efeitos do julgamento da <i>reclamação</i>	347
Bibliografia	347
BIBLIOGRAFIA GERAL	349
APÊNDICE: SÚMULAS DAS MESAS DE PROCESSO PENAL.....	353